

**QUÉRCIA**  
**NÃO PAGA URP**



**GREVE!**

JORNAL

EDIÇÃO EXTRA

**20unicamp**

ANO 8

OUTUBRO 88

**SOS**  
 UNIVERSIDADE  
 USP UNICAMP UNESP  
**URP JÁ**

Ato da Unicamp  
 7 de novembro  
 Centro de Convivência

Na terça, dia 25  
 o Governo Quércia ofereceu  
 80% ao invés de 70%  
 e teve como resposta  
 a continuidade  
 do movimento



No voto dos professores a decisão por uma greve histórica

**UNICAMP**  
 em GREVE



pela URP



# SOS - UNIVERSIDADE

A greve na UNICAMP, na USP e na UNESP, que já ultrapassa 30 dias, tem suscitado as mais variadas reações de diferentes setores da intelectualidade e dos órgãos públicos. Argumentos a favor e contra o uso desse legítimo instrumento de pressão na Universidade têm aparecido cotidianamente na imprensa. Não são poucos os que argumentam sobre sua ineficácia em atividades como as desenvolvidas na Universidade sob o argumento de que suas conseqüências são pouco sentidas. Contra esse argumento, temos o exemplo das Universidades Federais que conseguiram importantes vitórias salariais após constantes greves e a mais longa delas — 81 dias — em 1985 teve como conquista a isonomia das fundações com as autarquias. Além disso, várias Universidades Estaduais — como as do Paraná e a UERJ — também tiveram que levar à frente longas greves para conseguirem vitórias salariais efetivas. A resposta de docentes e funcionários das 3 Universidades é uma paralisação sem precedentes na história das Universidades Públicas Paulistas.

Como foi possível essa mobilização e essa disponibilidade para suspender atividades cuja paralisação reverte, grande parte, contra nós mesmos? Para entender isso, torna-se necessário recuperar e analisar a história das campanhas salariais recentes, as condições concretas que criaram a possibilidade de um movimento forte e organizado como este.

Esta edição extra do JORNAL DA ADUNICAMP tem por objetivo recuperar esses fatos. Traz um histórico detalhado da campanha, neste 2º semestre, que mostra com clareza o empenho não só da ADUNICAMP, mas de todo o funcionalismo na defesa dos nossos direitos e a grande disponibilidade para negociar com um governo que tem-se mostrado insensível e intransigente ao longo das diferentes campanhas trimestrais.

No artigo do prof. Almeida sobre a evolução dos nossos salários e de nossas perdas, encontramos a realidade dos números, contra a qual não há argumentos possíveis. Sem a URP, o arrocho a que estamos submetidos é um dos maiores dos últimos anos.

Ao lado destes dados, começa a ganhar força e contorno a idéia, antes nebulosa, de que as Universidades

Paulistas vêm sofrendo cortes orçamentários que comprometem a qualidade da pesquisa, do ensino e dos serviços prestados à população. O alerta que já havia sido feito no CONSU de 15.12.87, quando da aprovação do orçamento da UNICAMP para 88 e reafirmado no CONSU de junho, pela própria Reitoria, torna-se realidade. A própria situação econômica do país, de inflação acelerada, cria uma defasagem orçamentária impossível de ser controlada. Assim, a Universidade, que já sofre cortes no seu orçamento por parte do Governo do Estado, é atingida também pela crise econômica que atinge nosso país.

Assim, configura-se mais nitidamente um movimento que já anunciávamos desde 87, em Defesa da Universidade Pública Paulista. Nossa luta por melhores salários e contra o arrocho salarial amplia-se para uma luta em defesa dos serviços públicos e contra as investidas do Governo do Estado neste setor.

Hoje, é fundamental ampliar nossa ação e a denúncia dessa política do Governo Quéricia que coloca em risco a autonomia da Universidade. Os recentes acontecimentos, a nível federal, de esvaziamento das atribuições do CNPq e de desmonte da FINEP, exigem uma ação mais enérgica de parte de todos nós, em defesa dos interesses da ciência e tecnologia. Esses acontecimentos mostram também que, longe de serem fatos isolados, essas atitudes por parte do MCT constituem uma política mais ampla e coordenada de ataque ao setor público, à educação, à independência e

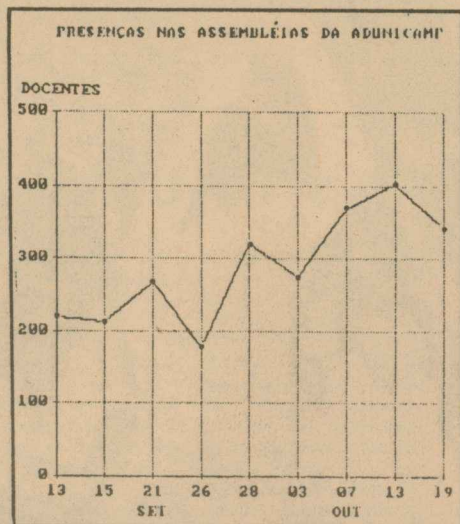
autonomia das Universidades Públicas e das Instituições de Pesquisa.

Não é demais afirmar, como temos feito, através dos números anteriores, que a política de "desmonte" do setor público obedece às orientações da política econômica do Governo Sarney de contenção do déficit público. As linhas gerais são resultado de submissão constante de nosso país às determinações dos grandes monopólios e dos banqueiros internacionais. Entender este fato é também compreender mais claramente que nossa luta por melhores salários e em defesa da Universidade Pública requer nossa participação nas lutas mais gerais pela soberania de nosso país. Cabem ainda ilusões acerca dos enormes prejuízos sociais causados pelo envio mensal de bilhões de dólares para o pagamento da dívida externa?

Estes são apenas alguns dos fatos que atestam a justeza de nossa greve. Poderíamos enumerar vários outros que levariam invariavelmente ao mesmo caminho: nossa disposição para lutar em defesa de nossos salários da Universidade é o resultado de nossa indignação frente a um Governo que não tem hesitado na sua intransigência e que tem seguidamente atingido a autonomia da Universidade. Um exemplo claro é que nem mesmo os Reitores, que possuem atribuições de Secretários de Estado, têm merecido o tratamento que as instituições que representam lhes garante.

A greve é, portanto, a única arma de que dispomos para enfrentar essa situação. Suas conseqüências em termos de prejuízos às atividades acadêmicas devem ser creditadas unicamente ao Governo Quéricia. De nossa parte, se depender da capacidade de mobilização e organização que o movimento tem demonstrado e da disponibilidade de continuar a greve até a conquista de reajustes mensais, ela será vitoriosa.

Continuamos em greve pela reabertura de negociações. O apoio da opinião pública e de todos os setores comprometidos com o ensino público e gratuito, com a Universidade, com o ensino e a pesquisa e com o pleno desenvolvimento da ciência, das artes e da cultura, é fundamental. Nesse sentido, o Ato do dia 18 — SOS UNIVERSIDADE é marco importante na denúncia de um quadro que temos que reverter. E urgente.



## Expediente

"Jornal Adunicamp"  
Publicação bimestral da  
Associação dos Docentes da Unicamp  
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - CP 6.158  
Fones: (0192) 39-1148 e 39-1301 ramal 3152

**Editores**  
Chefinho (Adunicamp); Jurandir (FEE);  
Tomaz (FEC); Milanez (FEC);  
Trigueiros (IFGW)  
**Jornalista Responsável**  
Gilberto Gonçalves - MTPS 11.576

### Planejamento Visual Gráfico



**ALTERNATIVA**  
Assessoria de Comunicação

Rua Emílio Henking, 642 - Campinas - SP  
Fone (0192) - 42.8009

**Diretoria.**  
Helena Costa L. de Freitas - Presidente  
José Suassuma Filho - 1º vice  
Newton Muller Pereira - 2º vice  
José Vitorio Zago - 1º secretário  
Luiz Carlos Guedes Pinto - 2º secretário  
Francisco Hideo Aoki - 1º tesoureiro  
Luiz Carlos de Almeida - 2º tesoureiro  
Francisco Benedito T. Pesine - Dir. Adm.  
Fernando de Almeida França - Dir. Cult.  
Carlos Rodrigues de Souza - Dir. Imprensa

## Cronograma

Aqui, um histórico do movimento iniciado no mês de agosto e que pode durar ainda muito mais

### AGOSTO

- 09 — A Plenária do Funcionalismo define as reivindicações:  
1. reposição salarial a partir de 1º setembro  
2. URP a partir de 1º de outubro  
3. liberdade de organização  
4. readmissão dos demitidos  
11 — Protocoladas, no Palácio dos Bandeirantes, as reivindicações, através de ofício ao Secretário Goldman.  
18 — As ADs. enviam carta ao Presidente do CRUESP solicitando audiência para tratar da situação salarial nas Universidades.  
23 — Assembléia Geral da ADUNICAMP delibera pela paralisação dia 24 EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PELA URP JÁ em conjunto com todo funcionalismo. Analisa a possibilidade de uma greve prolongada e aponta 2ª quinzena de setembro como data indicativa para início da paralisação.  
24 — Paralisação. Dia Nacional de Luta. ADUNICAMP participa de Ato Público no Largo do Rosário. Publicação, na F. de SP, de Moção de Apoio às Universidades.  
25 — Reunião com Secretário de Ciência e Tecnologia. Nessa reunião, o Secretário acena com a possibilidade de um abono, indagando das ADs como seria recedido entre os docentes. A ADUNICAMP e as ADs reafirmam que a concessão de tal abono não está em negociação e que não soluciona o problema fundamental que é a política de reajuste salarial.  
26/27 — Distribuição de Carta Aberta aos Estudantes durante a realização da UAP. Em audiência com o reitor, a ADUNICAMP reitera necessidade de audiência com o CRUESP.  
29 — Grupo dos 19 e Plenária do Funcionalismo indica Assembléia Geral do Funcionalismo dia 14 de setembro. As entidades levam para suas assembleias indicativo de Greve a partir do dia 14.  
30 — Manifestação da ADUNICAMP no CONSU alerta para paralisação.

### SETEMBRO

- 02 — Reunião das ADs. Com CRUESP e Ministro da Ciência e Tecnologia. As ADs. reafirmam a reivindicação: REPOSIÇÃO DAS PERDAS E URP JÁ. Reafirmam também a disposição de ir à greve e a recusa do abono como elemento de negociação.  
05 — Plenário Regional das Entidades do Funcionalismo. Discute o encaminhamento da greve no setor e a possibilidade de realização de um Ato Público com Carta Aberta à População.  
06 — O Governo do Estado anuncia pela imprensa a concessão de um abono de 20% para salários até Cz\$ 200.000,00 e Cz\$ 40.000 fixos para salários superiores a esse valor.  
08 — Reunião Goldman/Grupo dos 19. Secretário responde às reivindicações da Plenária reafirmando que os reajustes são trimestrais e marca para o dia 20 de setembro a reunião para início das negociações.  
12 — Avaliando as diferentes reuniões das unidades, o CR da ADUNICAMP aprova proposta, a ser apresentada na Assembléia Geral do dia 13, de paralisação a partir do dia 14 de setembro.  
12 — Plenária do Funcionalismo em São Paulo. Após avaliação dos diferentes setores, propõe novo Calendário para início da paralisação: 22 de setembro, aguardando início das negociações. A Plenária Regional de Campinas decide mobilizar setores p/Ato Público do dia 20.  
13 — Assembléia Geral da ADUNICAMP delibera paralisação a partir do dia 14 de setembro. Constitui-se o Comando de Mobilização para encaminhar a paralisação na UNICAMP. ADÚSP E ADUNESP apontam paralisação dia 20 e 16 respectivamente.  
14 — Assembléia Geral do Funcionalismo delibera por realização de nova Assembléia dia 22 de setembro, aguardando resposta do governo dia 20, data de reunião com Goldman.  
15 — Assembléia da ADUNICAMP delibera pela continuidade da greve.  
**DEBATE: SITUAÇÃO ECONÔMICA E SALÁRIOS**  
Prof. Mário Presser e Wilson Cano.  
**APROVADA MOÇÃO DE APOIO ÀS REIVINDICAÇÕES, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS.**  
16 — 9 campi da UNESP paralisam suas atividades  
19 — **DEBATE: CORTE DE VERBAS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Prof. Hélio Waldman e Fernando Gallembek  
Plenária do Funcionalismo em São Paulo, organiza Reunião com Secr. Goldman.  
Plenária Regional encaminha a preparação do Ato Público em Campinas, sob Coordenação da UNICAMP, no Largo do Rosário dia 20.  
20 — Reitor envia Carta aos docentes da UNICAMP convidando para reunião dia 21  
UNESP paralisa totalmente suas atividades  
REUNIAO COM Goldman. Comunica que ainda não tem resposta às reivindicações. Marca nova reunião para o dia seguinte, dia 21.  
Ato Público no Largo do Rosário em conjunto com as entidades do Funcionalismo.  
USP paralisa suas atividades.  
21 — Reunião com Secretário Goldman. Apresenta a proposta de 70% sem a URP. O Grupo dos 19 rejeita a proposta. Fica marcada nova reunião para o dia 23 de setembro. É apresentada proposta: 85% 1º outubro; URP 1º nov. e Plano de reposição perdas. Assembléia Geral da ADUNICAMP rejeita a proposta de 70% oferecida pelo Governo.  
Reunião com o Reitor Paulo Renato. A ADUNI-



Docentes da Unicamp não suportaram as perdas

# Arrocho salarial provoca a greve

Por que a greve? A resposta pode ser facilmente encontrada ao se verificar quantos cruzados, nos nove primeiros meses deste ano, os docentes da Universidade já perderam com a política salarial praticada pelo governo Quércio.

O Quadro I mostra os salários em OTN e é obtido tomando-se mês a mês o salário bruto e dividindo-o pela OTN do mês correspondente. Observando-se a coluna MS-2 deste quadro, nota-se que todos os meses o salário em OTN tem sido menor que o correspondente a janeiro de 88, evidenciando assim o arrocho salarial imposto aos docentes.

Uma política salarial justa deve manter o poder aquisitivo dos salários. Para isto, seria necessário que um professor MS-2 continuasse recebendo 152,5 OTNs. O quadro II mostra a quantidade de OTNs perdida mês a mês, por categoria, bem como o total das perdas de janeiro a setembro. Já o Quadro III mostra as perdas salariais em cruzados, por categoria, em outubro deste ano, como consequência da política salarial vigente.

Os números apresentados podem dar uma idéia do que seria possível comprar só com as perdas ou, por outro lado, a quantidade de propaganda paga pelo go-

vernador Orestes Quércio com este dinheiro.

A inflação prevista para este ano é de 870,22% e a variação dos salários dos docentes, no mesmo período (supondo o reajuste de 70% a partir de 1º de outubro), será de 291,68%. Isto implicaria reivindicar, em janeiro de 89, mais 147,7% para repor o poder aquisitivo de janeiro de 1988.

Se as reivindicações (85% mais a UR) forem integralmente atendidas, o salário dos docentes teria acumulado, no ano, um reajuste salarial em 541,59%. Ainda assim, em janeiro de 89 seria necessário reivindicar um reajuste de 51,2% para repor janeiro de 1988.

Em artigo publicado no jornal "Folha de S. Paulo", na edição de 9 de outubro, o economista Francisco Lopes faz previsão de três cenários para 1989: 1 - Imobilismo e hiperinflação - IPC anual de 89: 3672%; 2 - Feijão com arroz heterodoxo - IPC anual em 89: 446,23%; 3 - Pacto e estabilização - IPC anual em 89: 59,12%.

Francisco Lopes acredita que o cenário 2 deverá ocorrer com 60% de chances. Assim, nos primeiros meses de 89 aconteceria um congelamento de preços e salários do tipo Plano Bresser. Isto deve fun-

cionar como um alerta para que os salários sejam colocados, o quanto antes, a níveis compatíveis de modo que não venham a ser congelados em nível insustentável.

O Quadro IV, extraído do jornal "O Estado de S. Paulo", edição de 24 de agosto mostra a evolução das tarifas de serviços públicos e foi comparado com os salários dos docentes das Universidades. A política de arrocho salarial implementada pelo governo estadual fica, mais uma vez, claramente evidenciada já que todos os serviços públicos tiveram tarifas reajustadas acima da inflação. O Quadro V mostra que o governo Quércio mantém, com tranquilidade, o título de "Campeão do arrocho salarial".

A história mostra ainda que as "negociações" com o governo, desde o início do ano, foram um arrocho atrás do outro, como se pode comprovar através do Quadro VI. Para recuperar janeiro de 88 seria necessário um reajuste de 115% a partir do 1º de outubro.

Desta forma, a categoria não pode buscar outra saída que não uma greve forte, unida e longa diante da intransigência cada vez maior do governo Quércio.

Luiz Carlos de Almeida — FEL  
Maria Rosa Navarro — IE

CAMP reafirma o encaminhamento correto da greve e sua luta em defesa da Universidade.

Plenária do Funcionalismo delibera: greve a partir de 23/9.

22 — Reunião dos 3 CRs na ADUSP. Delibera o encaminhamento de formas de pressão ao Governo do Estado, realizações de atos em cada campus, moções de apoio a políticos, entidades, etc.

ASSEMBLÉIA DO FUNCIONALISMO rejeita a proposta do governo e delibera pela greve a partir do dia 23.

23 — Reunião com Secretário Goldman. Informa que não tem dados concretos que permita responder à contra-proposta do Grupo dos 19, pois necessita consultar a Secretaria da Fazenda. A reunião dura 8 minutos e fica marcada nova reunião para o dia 26 próximo.

CONSU da Unesp manifesta-se favorável ao movimento.

25 — Entidades publicam matéria paga na Folha.

26 — Reunião com Secretário Goldman. A contra-proposta do governo: 80% reajuste para Magistério e PM; 70% para o conjunto do funcionalismo; Constituição de uma Comissão paritária de estudos para elaboração de uma política de reajuste salarial para o próximo trimestre-Janeiro 89. Recusa-se a discutir a UR. Declara encerradas as negociações. A Proposta é a última palavra. Assembléia Geral da ADUNICAMP delibera:

1. solicitar às unidades que realizem reuniões extraordinárias das Congregações;

2. articular com os setores do funcionalismo um Ato Público em Campinas;

3. encaminhar formação de comandos unitários nas unidades;

4. cobrar mensalidades extra no salário de outubro.

Plenária do funcionalismo delibera apresentar contra-proposta ao governo:

1. 80% de reajuste a partir de 1º outubro para todos os setores;

2. UR + URP em novembro e dezembro;

3. início imediato de negociação da mudança da política salarial para término até dia 20 de outubro.

27 — O Comando e CR da ADUNICAMP decidem manter a proposta aprovada na Plenária, com a ressalva do 2º item, reafirmando a UR como mecanismo de reajuste sempre. Recomenda que na reunião das 3 ADs seja analisada a possibilidade de manter-se a reivindicação original, dada a inoportunidade da mudança na reivindicação.

Reunião dos 3 CRs na ADUSP delibera manter a reivindicação original, caso a APEOESP decida, na Assembléia do Funcionalismo, seguir o mesmo encaminhamento, não insistindo na mudança da proposta.

A Assembléia Geral do Funcionalismo não aceita a contra-proposta encaminhada pela Plenária, reafirmando as reivindicações originais:

85% a partir de 1º outubro

URP a partir de 1º novembro

plano de reposição das perdas.

Decide encaminhar solicitação de reabertura de negociações ao Secretário Goldman.

Conselheiros da USP assinam moção encaminhada pelo Conselho de Representantes da ADUSP, apoiando movimento das Universidades.

28 — Assembléia Geral da ADUNICAMP delibera:

1. continuidade da greve e manutenção da pauta;

2. solicitar moção de apoio às sociedades científicas;

3. realização de ato público em conjunto com funcionalismo;

4. encaminhar para as unidades o debate acerca da possibilidade de perda do semestre letivo.

Reunião com Reitor Paulo Renato. O Reitor comunica à ADUNICAMP que decidiu suspender o Seminário Século XXI, marca reunião com o CRUESP para 6ª feira 30 de setembro e decide convocar reunião Extraordinária do CONSU aprova dia 29.09.

29 — Reunião Extraordinária do CONSU para MOÇÃO DE APOIO ÀS REIVINDICAÇÕES DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS a ser publicada nos jornais de domingo dia 02.10.

Reunião das 3 ADs na ADUSP analisa a possibilidade de encaminhamento da greve apenas nas Universidades, dado o quadro atual do movimento no funcionalismo.

Secretário Goldman comunica à Plenária que, de ordem do Sr. Governador, a proposta apresentada representa o máximo que o governo pode conceder e marca reunião da Comissão paritária para dia 17 de outubro, reiterando a intenção de mudança da política salarial a partir do próximo reajuste — Janeiro de 89.

Congregação da FEE aprova moção de apoio ao movimento e encaminha nota ao Secretário Goldman.

ADUNICAMP realiza panfletagem durante realização do Show do Caetano e faz pronunciamento antes da abertura do Show.

30 — Reunião com CRUESP. Presente o Prof. Paulo Renato. Reafirmamos nossa reivindicação principal: reajuste mensal — UR. As 3 ADs insistiram na necessidade de reabertura das negociações, solicitando aos Reitores que interferissem junto ao Governo no sentido de receber as entidades do funcionalismo. Reafirmaram também a disposição de continuar a greve até que o Governo abra as negociações e apresente uma proposta concreta às reivindicações. Assembléia Geral do Funcionalismo reafirma a pauta de reivindicações, continuidade da greve e encaminha ao governo do Estado a deliberação de participar na Comissão Paritária que estudará a política salarial do Estado. Reunião dos Reitores com Goldman. Secretário reafirma que a proposta de reajuste é definitiva, que está aguardando resposta do funcionalismo à proposta de Comissão Paritária e que qualquer negociação dos Reitores deve buscar outras instâncias do governo do Estado.

**Quadro I**

	MS-1	MS-2	MS-3	MS-4	MS-5	MS-6
Janeiro	157.3	152.5	139.2	227.9	250.6	313.2
Fevereiro	100.7	130.9	170.1	135.5	215.1	268.8
Março	85.3	111.0	144.2	165.8	182.3	227.9
Abril	105.9	137.7	173.0	205.8	226.3	282.9
Maio	89.8	115.5	150.1	172.5	189.7	237.2
Junho	75.4	96.0	127.4	146.5	161.1	201.4
Julho	100.3	131.2	170.6	196.0	215.6	263.5
Agosto	81.4	105.8	137.5	158.1	173.8	217.3
Setembro	80.9	104.4	130.7	147.7	160.8	196.8

**Quadro II**

	MS-1	MS-2	MS-3	MS-4	MS-5	MS-6
Janeiro	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fevereiro	16.6	21.6	28.1	32.3	35.5	44.4
Março	31.9	41.5	54.0	62.1	68.3	85.3
Abril	11.4	14.8	19.2	22.1	24.3	30.3
Maio	28.5	37.0	48.1	55.3	60.8	76.1
Junho	41.9	54.5	70.8	81.4	89.5	111.9
Julho	16.4	21.3	27.6	31.8	34.9	43.7
Agosto	35.3	46.7	60.7	63.8	76.7	95.9
Setembro	36.4	43.1	67.5	80.1	89.8	116.4
TOTAL	219.9	285.5	376.1	434.7	479.8	604.0

**Quadro III**

	MS-1	MS-2	MS-3	MS-4	MS-5	MS-6
	649380	846814	1115739	1289628	1423389	1791622



**Quadro V** SALÁRIOS HISTÓRICOS DE UM DOUTOR EM TEMPO INTEGRAL NAS UNIVERSIDADES PAULISTAS (USP, UNICAMP, UNESP) (Valores em Cruzados de set/88)

SALÁRIO ATUAL (Set/88, com abono de Cz\$ 40mil)	312651,26
Melhor salário deste 1971 (Jan/73)	745316,84
Melhor salário Maluf (mar/81)	686253,19
Melhor salário Montoro (jan/87)	552178,63
Melhor salário Quércio (jan/88)	519769,40

**Quadro VI** A INFLAÇÃO E OS REAJUSTES DO GOVERNO (%)

Mes do reajuste	IGP (FGV)	ICV (DIEESE)	IPC (FIBEGE)	REAJUSTE TRIMESTRAL
ABRIL	65.6	65.0	59.4	44.0
JULHO	73.8	70.1	67.9	60.0
OUTUBRO	85.2	81.3	85.6	70.0

INDICE NECESSÁRIO PARA RECUPERAR JAN/88 = 115.7%

## CNPq esvaziado

A Associação de Docentes da UNICAMP — ADUNICAMP, vem a público manifestar o seu repúdio às mudanças introduzidas no Estatuto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, na véspera da promulgação da nova Constituição. Tais mudanças esvaziam o papel da comunidade científica na condução da política de ciência e tecnologia do País, que passa a ser determinada de forma centralizada e auto-

ritária pelo Ministro da Ciência e Tecnologia e sua burocracia. Da mesma forma, a ADUNICAMP repudia a nomeação de 76 funcionários para o CNPq, sem concurso, passando por cima do Plano de Administração de Cargos e Salários, do Conselho de Servidores do CNPq (ASCON), também realizada na calada da noite, na véspera da promulgação da Nova Constituição. Estes fatos, que não são isolados,

contrariam as declarações e compromissos do Presidente da República, no sentido de valorizar as atividades de ciência e tecnologia, indispensáveis ao desenvolvimento. Assim sendo, a ADUNICAMP faz um apelo a todas as entidades comprometidas com os trabalhos de ciência e tecnologia no País, para que se mobilizem e se articulem, a fim de que as infelizes decisões acima mencionadas sejam revistas e revogadas pelo Governo Federal.



# E a luta continua...

O resultado das negociações entre os docentes das Universidades estaduais e o governo do Estado, nos obriga a concentrar esforços na preparação da categoria para uma luta prolongada em defesa de uma política salarial que nos possibilite a melhoria de nossas condições de trabalho e a conseqüente construção ou reconstrução de uma Universidade de melhor qualidade.

A garantia desse processo de luta pode ser assegurada pela capacidade de organização dos docentes, pela participação de todas nas discussões e pelo respeito às deliberações coletivas de nossos avanços e unificação da categoria em torno dos objetivos de sua luta.

A criação de Comissões para a organização do movimento docente tem sido fundamental, inclusive para auxiliar as lideranças docentes a avançar nas inúmeras questões que vêm sendo tão duramente conquistadas e que correm o risco de se perder apenas com uma canetada do governo através de um "decreto arbitrário".

Dentre as Comissões constituídas nessa Greve a mais polêmica é a Comissão de "Contatos Internos", ex-Comissão de Ética. Poucas Comissões encontram uma resistência tão grande quanto esta. Entendemos que esta Comissão é um instrumento indispensável para garantir a paralisação de todas as atividades na universidade em todas as suas dimensões ensino, pesquisa e extensão, bem como para possibilitar e avaliar a disposição de luta dos docentes.

Obviamente para que isso aconteça, é necessário que se estabeleçam princípios os mais transparentes possíveis e que tenham ampla legitimidade. A fixação de princípios em um



Unicamp em greve; campus deserto

movimento dessa natureza requer uma postura responsável por parte da comunidade acadêmica. É indispensável que tais princípios sejam discutidos e reconhecidos pelo coletivo que vive o dia-a-dia da Universidade em todas as suas instâncias.

O caráter democrático da nossa luta, portanto, depende do seu caráter público, ou seja, da prestação de contas à comunidade do que está ocorrendo e da forma como a mesma gera as suas próprias políticas de ação, garantindo assim as reivindicações coletivas do movimento docente.

Há professores-pesquisadores inegavelmente competentes e responsáveis que parecem sentir-se ameaçados por essa forma de organização e que optam, portanto, por desconhecer os critérios objetivos que advêm da experiência concreta e cotidiana da maioria dos docentes. Entendemos que esse tipo de postura apoia-se numa compreensão equivocada da produção intelectual, como se ela fosse o produto da reflexão solitária e não o

resultado da interação de uma comunidade de pesquisadores. Tal postura peca também pela concepção elitista que adota, ou seja, que o ensino e a pesquisa estão acima das lutas políticas e das ações que contribuem de forma efetiva para a transformação da Universidade e da sociedade.

O movimento docente não pode dispensar a existência de uma Comissão dessa natureza durante a Greve, princípios gerais de avaliação política para as diferentes Unidades e Departamentos a partir de uma visão de conjunto.

Uma Comissão assim como a concebemos pode até provocar uma certa hostilidade interna, mas pode, amparada nas instâncias de deliberação coletiva, garantir a consolidação e o avanço pretendido pelo movimento docente até a vitória. E a luta continua.

Pela Continuidade da Greve  
Pela abertura de negociações.  
Comissão de Contatos Internos  
Adunicamp

## Com muito apoio

APUB - Bahia; ADUNEP - Bahia; ADUFV - Viçosa/Minas Gerais; ADUFRS - Rio Grande do Sul; APROPUC - Campinas; ADUFMG - Minas Gerais; ANDES, ADUEM - Paraná; ALB - Associação de Leitura do Brasil; AOEESP - Associação de Orientação Educacional do Estado de São Paulo; ANPED - Associação Nacional de Pós-Educação; CNRCFE - Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores; CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade; Corrente Sindical Classista; APLIESP - Associação Brasileira Professores Universitários da Língua Inglesa; Departamento de Linguística Aplicada - Unicamp; ADUFMAT - Cuiabá/MT; Congregação da Faculdade de Medicina - Unicamp; Câmara Municipal de Campinas; SINPRO de Campinas; ASDUERJ - Rio de Janeiro/RJ; Grupo de Estudos Linguísticos do

Estado de São Paulo; Congregação da FEA - Unicamp; Congregação do IEL - Unicamp; Congregação da FEE - Unicamp; UFSCAR - São Carlos/SP; APUFSC - Florianópolis/SC; ADURNE - Campina Grande/PB - APROPUC - São Paulo/SP; ANPOLL - Leonor Sinclair Cabral; Cesar Camacho - Presidente da Sociedade Brasileira de Matemática; CUT - Regional Interior; Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. de Alimentação de Jundiaí; Sind. Trab. Met. Mec. Mat. El. de Sorocaba; Sind. Trab. Ind. Energia El. Campinas e Região; Sind. Trab. Met. Mec. Mat. El. Limeira; Oposição da Alimentação de Limeira; ASEPEP - Associação dos Previdenciários; Sind. Const. Civil e Mobil. Campinas e Região; Sind. Trab. Rurais Sumaré; ASSUC - Associação dos Servidores da Unicamp; Sind. Purif. Dist. Água e Serv. Esgoto de Campinas; Oposição dos

Bancários de Campinas; Sind. Cond. Veic. Rod. Anexos de Campinas; Sind. dos Vidros, Cristais, Espelhos L.R.P. Op. de Campinas; Sind. Emp. Est. Bancários de Limeira; Sind. Trab. Met. Mec. Mat. El. de Itú; Sind. dos Assist. Sociais do Estado de São Paulo; ADUFSCAR - São Carlos/SP; Prof. Dr. José Lopes de Farias - FCM/Unicamp; Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte - FEE/Unicamp; Bolívar Lamounier - Cientista Político; Mal. Casemiro Montenegro Filho - Dr. Honoris Causa/ Unicamp; Sociedade Brasileira de Geologia - Celso Pinto Ferraz/Dir. Secretário; Coordenadoras da Região Nordeste Representante de Alagoas do Movimento de Reformulação da Formação do Educador; Raquel Glever - Presidente da ANPUH; Tomaz Gilian Deluca - Pre-CPB; Theo Vennemann - University of Munich (West Germany).

**ROUPA SUJA NÃO SE LAVA  
EM CASA LAVA-SE NA  
LAVANDERIA S'QUIRINO**

Também em B. Geraldo com  
coleta e entrega domiciliar grátis  
Planos de pagamento mensal e ótimos preços  
Av "2" - Prof. Atilio Martini, 192  
Próximo à Unicamp - PABX 39.2589 - R. 2

**MASSAS  
CARNES  
PIZZAS**

Refrigerantes - Bebidas - Sorvetes - Gelo  
Carvão - Carnes especiais para churrasco  
Farofa - Sal grosso - Gás de cozinha  
Encomendas e congelados especiais

**Ticket Restaurante e outros  
Chequinho Adunicamp  
Pagamentos mensais.**

Av. "2" - Prof. Atilio Martini, 192 - PABX 39.2589 - R. 3

### OUTUBRO

02 — Publicada a moção do CONSU da UNICAMP na Folha de S. Paulo

3 — Plenária do funcionalismo em São Paulo decide apresentar a proposta indicativa de continuidade da greve. A avaliação dos setores indica dificuldades na mobilização no magistério e saúde. Judiciário e Universidades em greve.

4 — Assembléia Geral do Funcionalismo em São Paulo aprova a continuidade da greve. Aprovada, na Assembléia Legislativa, a emenda que autoriza o Governador a pagar a URP para o funcionalismo. Reunião das ADs com Secretário de Ciência e Tecnologia. As ADs solicitam ao Secretário que seja o mediador nas negociações, marcando audiência com o Governador do Estado. Reafirmam a disposição de docentes e funcionários continuarem em greve pelo reajuste mensal de salários. Nova reunião será marcada com as ADs.

05 — Reunião das 3 ADs na Assembléia Legislativa definem o eixo principal da luta: REABERTURA DAS NEGOCIAÇÕES aguardando resposta do governo às reivindicações.

ATO PÚBLICO no Largo do Rosário reúne aproximadamente 150 docentes da UNICAMP em conjunto com outras entidades.

Artigo dos Reitores na Folha de São Paulo propõe "trégua" de 15 dias para negociações Reitores/Governo.

Reuniões em várias unidades da UNICAMP aprovam a continuidade da greve e manifestam-se contra a proposta apresentada pelos Reitores.

Audiência com Secretário de Ciência e Tecnologia. ADs reafirmam a necessidade de reabertura de negociações e solicitam que Secretário seja o mediador nas negociações. Nada a opor que seja negociador entre Governo/ADs.

Reafirmam: 1. ADs: legítimas representantes docentes das negociações.

2. proposta dos Reitores é inaceitável.

3. necessidade de reajuste mensal.  
Plenária do funcionalismo em São Paulo decide suspender a greve nos setores onde não há condições: saúde e magistério. Onde há condições, a greve continua.

Assembléia Geral da ADUNICAMP decide continuidade da greve. Em função das reuniões das Unidades, que recusaram a proposta dos Reitores de suspensão da greve por 15 dias. Com relação ao adiamento ou cancelamento do semestre, deliberou por encaminhar a discussão para as unidades, e trazer à consideração da próxima Assembléia as discussões das unidades.

Assembléia Geral do Funcionalismo Estadual decide, em S. Paulo, continuidade da greve até nova avaliação no dia 12/10.

Reunião na ADUNICAMP das 3 ADs mais as 3 ASS. Deliberações: 1 - SOS UNIVERSIDADE - Ato Público em São Paulo para o dia 18/10.

2 - Ato Público no Palácio dos Bandeirantes para o dia 27/10.

3 - Coletiva de imprensa para o dia 21/10.

- Governador Quercia recebe o Secretário Nagle para acertar uma possível intermediação na questão das Universidades. Realizada uma panfletagem no Terminal de Barão Geraldo.

- Reunião das 3 ADs com o Secretário Nagle para tratar do resultado da audiência deste com o Governador. Assembléia Geral do Funcionalismo, em São Paulo, decide suspender a greve, a qual continua forte em alguns setores específicos, entre estes as Universidades.

13 — Assembléia Geral da ADUNICAMP com 402 pessoas presentes, decide:

1. Continuidade da Greve

2. Aprovar o evento SOS UNIVERSIDADE

3. Aprovar proposta do Comando de Greve

sobre a questão do semestre.  
Plenária do Funcionalismo em São Paulo aprecia e encaminha a questão da Comissão Paritária proposta pelo Governo.

14 — Ocorre na ADUNICAMP:

1. Um debate da Questão Econômica.

2. Uma reunião conjunta de avaliação do movimento. Presentes a ADUNICAMP, ASSUC, DCE e APG.

17 — Reunião na USP das 3 ADs e as 3 ASS para discutir o calendário conjunto de luta.

Reunião do Secretário Goldman com as lideranças do funcionalismo. Na oportunidade, o Governo não aceitou as condições do funcionalismo para a formação da Comissão Paritária. Negociações sobre a nova política salarial seguem como anteriormente, através do Grupo dos 19.

Debate na TV Gazeta de São Paulo: ADs discutem as saídas da crise das Universidades.

18 — Ocorre, no Anfiteatro de Eventos da USP, o SOS UNIVERSIDADE com a presença de cerca de 800 pessoas. A ADUNICAMP fretou cinco ônibus que levaram os docentes até São Paulo.

19 — Assembléia Geral da ADUNICAMP delibera:

1. Continuidade da Greve, com nova Assembléia em 25/10.

2. Realizar um SOS UNIVERSIDADE em 03/11, em Campinas.

3. Realizar um ato público em São Paulo no dia 27/10.

20 — Reunião do Reitor da UNICAMP com a ADUNICAMP e ASSUC para discussão acerca do funcionamento dos serviços essenciais no campus. Reunião na USP das 3 ADs mais as 3 ASS. Aprovado o ato público em frente ao Palácio dos Bandeirantes para o dia 27/10.

ADUNICAMP realiza panfletagem durante o show do Chico Buarque e faz pronunciamento antes da abertura do mesmo.

21 — Marcada uma coletiva com a Imprensa, na nossa sede. A ADUNICAMP é informada, pelo telefone, de que o CRUESP será recebido pelo Governador Quercia, na terça-feira 25/10.